



RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NO FEMINISMO

Josane Silva Souza¹

Resumo: Este trabalho pretende discutir, a partir de relato etnoautobiográfico e de postagens em grupos feministas no *facebook*, o discurso de mulheres multirraciais e trazer, também, ao cerne da questão um debate importante, em voga nos últimos anos, que é sobre o lugar de fala. Há posicionamentos ideológicos dentro desses grupos, modelados por mulheres brancas, de que não deveria se discutir as subjetividades, advindas da experiência racial do mulherio. Por outro lado, muitas mulheres negras se posicionam de forma contrária, por acreditarem, através de suas experiências, que a sociedade racista e machista impõe obliterações dos seus corpos negros, imprimindo-lhes caráter de modelação social. Este trabalho busca, portanto, provocar uma reflexão sobre os papéis sociais exercidos por distintas mulheres, criando um possível elo entre suas diferentes perspectivas ideológicas.

Palavras-chave: feminismo; mulheres negras; lugar de fala; reexistência

ESISTANCE AND REEXISTENCE OF BLACK WOMEN IN FEMINISM

Abstract: This paper intends to discuss multiracial women's speech from an etnoautobiographical report and from postings in feminist groups on Facebook. Also, it intends to bring to the heart of the issue an important debate, in vogue in recent years, which is about the place of speech. There are ideological positions within these groups, modeled by white women, that subjectivities should not be discussed, arising from the racial experience of the woman. On the other hand, many black women oppose themselves, believing, through their experiences, that the racist and macho society imposes obliterations of their black bodies, impelling them a social modeling character. This work seeks, therefore, to provoke a reflection on the social roles exerted by distinct women, creating a possible link between their different ideological perspectives.

Keywords: feminism; black women; place of speech; reexistence.

RÉSISTANCE ET RÉEXISTENCE DES FEMMES NOIRES DANS LE FÉMINISME

Résumé: Ce travail vise à discuter le discours de femmes multiraciales, à partir d'un rapport ethno-autobiographique et de publications dans des groupes féministes sur *Facebook* et il vise également à apporter au cœur de la question un débat important, en vogue ces dernières années, sur la place du discours. Il y a des positionnements idéologiques au sein de ces groupes, façonnés par des femmes blanches, qui proposent que les subjectivités découlant de l'expérience raciale de la femme n'y devraient pas être discutées. D'autre part, beaucoup de femmes noires s'opposent à cette conception, en croyant, en raison de leurs expériences, que la société raciste et machiste impose des oblitérations de leurs corps noirs, en les poussant un caractère de modélisation sociale. Ce travail a donc pour but de provoquer une réflexion sur les rôles sociaux exercés par des femmes distinctes, en créant un lien possible entre leurs différentes perspectives idéologiques.

¹ Professora Visitante da Universidade Estadual de Santa Cruz, no Departamento de Letras e Artes; Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – UFBA.



Mots-clés: féminisme; femmes noires; place du discours; ré-existence

RESISTÊNCIA Y REEXISTÊNCIA DE MUJERES NEGRAS EN EL FEMENISMO

Resumen: Este trabajo objetiva discutir, a partir de relato etnoautobiográfico y de publicaciones en grupos feministas del *Facebook*, el discurso de mujeres multirraciales y poner en evidencia, también, un debate tan actual e importante, que es el lugar de habla. Hay posicionamientos ideológicos dentro de esos grupos, modelados por mujeres blancas, de que no se debería problematizar las subjetividades, ocasionadas por la experiencia racial de mujeres negras. En contrario, muchas mujeres negras se posicionan de forma diferente, por creyeren, a través de sus experiencias, que la sociedad racista y machista impone obliteraciones de sus cuerpos negros, imprimiéndoles carácter de modelación social. Este trabajo busca, por lo tanto, provocar una reflexión sobre los papeles sociales ejecutados por distintas mujeres, produciendo un posible vínculo entre sus diferentes perspectivas ideológicas.

Palabras-clave: feminismo; mujeres negras; lugar de habla; reexistência.

O que os acadêmicos querem dizer quando falam em privilégio dos brancos, ou Sim, é um saco ser pobre e branco, mas experimente ser pobre e não ser branco. (Adichie, Chimamanda, 2014, p.375)

Bom, um cara falou para o Professor Bonitão: “Essa história de privilégio dos brancos é besteira. Como posso ser privilegiado? Passei uma infância pobre pra cacete em West Virgínia. Sou um caipira dos Apalaches. Minha família recebe ajuda do governo”. Tudo bem. Mas o privilégio é sempre comparado a outra coisa. Agora imagine alguém como ele, alguém que seja tão pobre e fodido quanto ele, só que negro. Se ambos fossem presos por, digamos posse de drogas, seria mais provável que o cara branco fosse mandado para um tratamento e mais provável que o cara negro fosse mandado para a cadeia. Todo o resto é igual, exceto a raça. Veja as estatísticas. O cara que é caipira dos Apalaches é um fodido, o que não é legal, mas, se ele fosse negro, ia ser fodido ao quadrado. Ele também disse para o Professor Bonitão: “Por que a gente sempre tem de falar em raça, aliás? Não podemos simplesmente ser humanos?”. E o Professor Bonitão respondeu: “É exatamente isso que é o privilégio dos brancos, o fato de você poder dizer isso. A raça não existe realmente para você, pois nunca foi uma barreira. Os negros não têm essa escolha. O negro que mora em Nova York não quer pensar em raça, até que tenta chamar um táxi, e não quer pensar em raça quando está dirigindo sua Mercedes dentro do limite de velocidade, até que um policial o manda parar. Por isso, o caipira dos Apalaches não tem privilégio de classe, mas tem privilégio de raça com certeza (Adichie, 2014, p. 375).

Começo com esse fragmento, que é uma postagem do *blog* de Ifmelu, protagonista do romance *Americanah*, de Chimamanda Ngozi Adichie, na qual ela denuncia o privilégio de raça. Ifmelu é uma personagem senhora de si, de seus caminhos e de seus destinos. E a partir da leitura que faço da protagonista penso que o



objetivo central deste artigo, além de denunciar, é questionar os lugares de fala e os privilégios de raça, já que perguntas podem ser pontuais e suas respostas necessitam de séculos para serem construídas. E a criação literária de Adichie é uma resposta aos tempos passados e é uma proposta de esperança no horizonte.

Bonnici (2004, p. 176) afirma que “o valor estético da literatura hegemônica não está no próprio texto, o que não a torna universal e que o valor estético do texto foi construído historicamente e culturalmente sob a égide do patriarcalismo”. Nessa direção, Ifmelu, protagonista do romance *Americanah*, assenta um outro valor estético, uma vez que sua simbologia como personagem escapa do estereótipo desenhado para a mulher negra ocidental.

É nessa oportunidade que o discurso feminista vai ser estrategicamente revolucionário, pois promove uma visibilidade a despeito das produções de mulheres, negligenciadas pelo cânone. Entretanto, ainda que muito importante, a luta feminista pode ser falha ao não levar em consideração as seções internas e, às vezes, optar por estratégias que hierarquizam em ordem de menor importância as demandas de mulheres negras, como fazem brancos com negros, heterossexuais com homossexuais, cisgêneros com transgêneros etc.

Antes de prosseguir com a discussão que proponho, preciso explicar que no contexto sociológico o homem, hétero, cisgênero e branco, é responsável, diretamente, por construir uma ordem social, em que sua identidade vem sendo, de forma opressora, o ponto central e basilar para as inter-relações das demais categorias. Todavia, me interessa, nesse momento, empreender uma discussão que evidencia os diversos papéis desempenhados pelas mulheres na construção de um feminismo emancipador e heterogêneo; me interessa mais refletir como as mulheres estão propondo estratégias de resistências e reexistência (Souza, 20016), uma vez que dar visibilidade às produções de mulheres também é criar e oficializar outras crônicas. Entretanto, não quero com isso isentar o homem de suas responsabilidades sobre as opressões experienciadas por mulheres e nem negar sua participação nesse enredo, trata-se, contudo, de discutir o feminismo desde suas bases, de suas lutas e significações.

Dito isso, vislumbro que os espaços ocupados por mulheres são muitos, assim como as mulheres são muitas: negras, brancas, índias, lésbicas, heterossexuais, transgênero, cisgênero etc. fazer parte de um ou mais desses grupos produz nessas



mulheres o sentido e sentimento de pertencimento e compreensão de suas subjetividades, mas também pontos de tensão e fissuras.

As experiências díspares dessas mulheres as colocam no entre-lugar (Santiago, 2000) e nos pontos de tensão (Mayorga, 2013), lhes proporcionando disputas e laços. Portanto, é inegável os poderes que algumas exercem sobre as outras, devido ao privilégio de raça, classe e gênero, quando se discute os lugares de mulheres trans dentro do feminismo, por exemplo.

ETNOAUTOBIOGRAFIA: MEU CORPO COMO TERRITÓRIO POLÍTICO

Em agosto de 2016 eu tomei a decisão de sair da Bahia, meu útero identitário e cultural, e ir morar em Santa Catarina para fazer disciplinas no doutorado em Literatura e Linguística, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Eu, mulher negra, nordestina, baiana, deixava Salvador para viver em lugar completamente diferente. DIFERENTE MESMO. Foi um parto. A diferença eu via nos banheiros, limpados por mulheres brancas, coisa rara de se ver nos banheiros e corredores da Universidade Federal da Bahia (UFBA), espaço em que fiz minha Especialização e Mestrado, no qual muitas vezes eu fui confundida com copeira, faxineira entre tantas outras confusões alocadas na subalternidade. Lá eu também via mulheres brancas limpando a universidade, homens brancos limpando e cuidando da grama.

Contudo, o alento que eu sentia de ver outras pessoas de outras raças ocupando os lugares dispensados “naturalmente” às mulheres negras e homens negros, era o mesmo desalento que me colocava solitária em um campus majoritariamente branco, o que por vezes fez com que eu fosse interpelada em inglês por acreditarem que eu era africana e fazia parte de algum programa entre Brasil-Nigéria, Brasil-África do Sul etc. E com meu inglês *The books on the table* eu contestava: *so sorry, I' don't speak English, I' am Brazilian*. As pessoas estranhavam e eu seguia o curso do doutorado e da vida, sentindo em mim um corpo exógeno.

De todo modo, nós pessoas negras, nos protegemos e criamos nossos quilombos urbanos e foi exatamente assim que me senti quando, por sorte, comecei a disciplina “Crítica feminista e as geografias do poder”. As pessoas nordestinas, negras, lésbicas, gays, trans se juntaram e criaram um novo útero. O líquido amniótico era a cerveja



depois da aula, no primeiro bar que aparecesse, para falarmos e confabularmos sobre nosso lugar no mundo, nosso lugar no feminismo. Tinha feminista pernambucana, baiana, paulista, capixaba e paraibana. Tinha feminismo a partir de diversas perspectivas.

Lembro-me de ter em sala uma professora comprometida, alunas brancas buscando se desconstruir e alunas negras com discursos potentes, atados por uma base teórica também potente. É certo que a desconstrução é complexa, pois assim como há a revisão do cânone literário em voga na atualidade, há também a revisão dos privilégios. Um dia, durante a aula, estávamos discutindo o texto “Rumo ao feminismo descolonial”, de María Lugones e eu chamei atenção para uma passagem, em que Lugones assume a seguinte posição:

[...]Conforme me desloco metodologicamente dos feminismos de mulheres de cor para um feminismo descolonial, penso sobre feminismo desde as bases e nelas, e desde a diferença colonial e nela, com uma forte ênfase no terreno, em uma intersubjetividade historicizada, encarnada (Lugones, 2014, p. 6).

Ao chamar a atenção para esse fragmento, considere que as experiências das “mulheres de cor” são, antes de tudo, o exercício do feminismo descolonial, pois as negações, amputações ou silenciamentos dessas experiências é assegurar a existência de uma estrutura epistêmica tradicional. Logo, Uma discussão acerca do feminismo, de acordo como propõe Lugones (2014), prescinde que as necessidades reais de “mulheres de cor” serão margeadas, dando espaço para um esvaziamento do seu protagonismo, como ocorre, por exemplo, quando negamos a noção de raça para dar espaço ao jargão em voga na atualidade “somos todos humanos”. Na prática percebemos que a humanidade pode ser um privilégio, ou seja, alguns são mais humanos que outros, assim como algumas mulheres são mais mulheres que outras. O feminismo de cor, nessa discussão, deveria ser compreendido, em sua materialidade, como o próprio feminismo descolonial.

A partir de minha intervenção e de outras feministas negras, em sala naquele dia, surgiu um imbróglio, que foi levantado por algumas pessoas da turma: há mesmo a necessidade de marcar a diferença ocasionada pela raça no feminismo? Nós mulheres já não superamos isso? Ao que nós, mulheres negras, respondemos com um sonoro NÃO.



E então travamos uma discussão epistemológica sobre se há de fato um enfraquecimento das bases do feminismo quando evidenciamos as diferenças sejam sociais ou raciais entre as mulheres. Ainda usei o exemplo de grupos feministas no *facebook*, nos quais eu já havia vivenciado inúmeras vezes o silenciamento e violências por defender um feminismo negro. A professora hesitou em acreditar que ainda pudesse haver a desconsideração das necessidades próprias do movimento de mulheres negras. E eu afirmei que sim, que ainda somos silenciadas quando falamos das nossas experiências como mulheres negras.

Em um dado momento, quando os argumentos discursivos estavam em ebulição, uma colega branca pediu a palavra e em sua fala se afirmava feminista e proclamadora de equidade de gênero, a professora da disciplina a interrompeu para pontuar algo que estávamos discutindo, e na rebarba a interrompi e complementei seu pensamento, a professora novamente tomou a palavra e devolveu para a colega em questão. A colega dirigiu-se a mim de forma afrontosa, cobrando-me a aprendizagem da audição: é, eu precisava aprender a ouvir. Isso fez com que um silêncio constrangido e ensurdecido tomasse conta da sala. A colega me silenciava, ela não combatia meus argumentos acerca dos posicionamentos de mulheres brancas, ela me combatia, ela me tirava a possibilidade de falar. Apesar do sentimento que tantas vezes me corroeu em situações como essas, a atitude da colega funcionou como exemplo real de como podem funcionar as discussões entre feministas, quando o recorte de raça aparece.

Ainda assustada, internamente eu me perguntava: Por que eu deveria aprender a ouvir se isso tem sido a condição de mulheres negras para transitar pelo meio acadêmico? Quantas vezes não fui interpelada: se quer se uma acadêmica respeitada não fale de raça, agora se quer ser considerada uma ativista só fale de raça. Por acaso posso ser uma intelectual isenta daquilo que me constitui? Não. Não mesmo.

Na intenção de promover um caráter constantemente político do feminismo, como propõe Mayorga (2013), é necessário que mulheres brancas, por exemplo, compreendam os lugares de fala e as lutas de mulheres negras como legítimos. É estratégico abandonar a noção universalizante de que mulheres são iguais, pois a riqueza existente no feminismo está justamente nas percepções das especificidades e diferenças (Basimille, 2013). As diferenças, obviamente, criam pontos de tensão, mas



não podem encerrar os possíveis diálogos e cooperações entre as partícipes dessa conjuntura social, política e cultural.

Em muitos momentos os relatos de experiências de mulheres negras serão desconsiderados por falta de uma empatia pungente, principalmente porque esses relatos denunciam opressões perpetradas, inclusive, por mulheres brancas. E tem se mostrado, nitidamente, que é difícil e complexo a revisão dos privilégios por parte dos que os detém, pois a sociedade cria mecanismos que naturalizam e cristalizam comportamentos opressores. Ou seja, reconhecer-se portador/a de privilégio é, inevitavelmente, se colocar em projeto de mudança ou negar-se a enxergar os privilégios, sustentando, assim, uma hipocrisia discursiva.

DISCURSOS, EXPERIÊNCIAS E SUBJETIVIDADES DE MULHERES MULTIRRACIAIS

Ancorada por características similares relatadas no item anterior, recentemente houve, como tem havido frequentemente, uma discussão no grupo do *facebook* Mulherio das Letras 2017, o qual pretendia juntar mulheres de todo Brasil a fim de produzir uma antologia poética, que fosse no mínimo feminista. O grupo ia “muito bem obrigada”, até que alguém postou uma reportagem da Folha de São Paulo intitulada “Mercado editorial adota função do “leitor Sensível” para evitar boicotes”, o texto começava da seguinte forma:

A sensibilidade dos tempos de causas identitárias gerou uma profissão no mercado editorial: o "leitor sensível". Surgido nos países de língua inglesa e atuando ainda de forma incipiente no Brasil, o "sensitivity reader" é, normalmente, um integrante de grupos sociais contratados para apontar, ainda no manuscrito, conteúdos que possam provocar pressões e boicotes. A maioria se qualifica por características como cor da pele, nacionalidade, orientação sexual, vícios, histórico de abuso sexual e problemas psiquiátricos. Parte tem formação literária, mas importa pouco. O principal é a experiência pessoal, que permite identificar conteúdos suscetíveis a afrontar minorias (Folha de São Paulo, 2017, p. 1).

Obviamente não dá para simplesmente aceitar ou refutar a ideia de implantação dessa nova profissão “leitor sensível”, sem antes problematizar as nuances desse impasse, uma vez que é altamente complexo. Todavia, preciso abandonar o texto que



funcionou como dispositivo de rupturas entre mulheres negras e brancas do grupo Mulherio das Letras, para dar cabo ao efeito causado pelo texto.

A discussão se centrou em posições fissurais: mulheres brancas acreditavam que essa nova modalidade por trás da produção literária funcionava como censura; mulheres negras acreditavam que poderia funcionar como mecanismo de desconstrução de estereótipos em volta, principalmente, dos seus corpos. Nesse momento surgiu quem defendesse Monteiro Lobato e quem o acusasse de produção de uma literatura racista, usando como exemplo, inclusive, a adjetificação de Tia Nastácia chamada por ele de Macaca, no Sítio do Pica Pau Amarelo.

Além de se destoarem quanto ao conteúdo contido no texto da Folha, deu início a um processo de ofensas, quando as mulheres negras requisitaram seus lugares de fala, além da tentativa de silenciamento de suas vozes, foram expressadas várias falas, no mínimo racistas, nas quais o grupo de mulheres negras foi chamado de “grupelho”, dramáticas, vitimistas, opressoras ao contrário, incitadoras de ódio, situação que culminou na saída em massa de mulheres negras, por se sentirem ofendidas.

Certamente as consequências desse contexto nos colocam uma reflexão: há quem defenda que as mulheres negras devam deixar de lado suas lutas seculares em busca de uma representação digna e dignificante na Literatura, em prol de um bem considerado maior, proposto pelas mulheres brancas, que é a manutenção do *status quo* de uma literatura higienista, disfarçada de união? Pode ser estimulada uma união entre mulheres de diversas etnias, quando uma é posta de lado, em suas ânsias, desejos e necessidades? Da mesma forma que nós mulheres denunciemos a dominação da literatura pela ode masculina, não estariam, as mulheres brancas, metodologicamente, fazendo o mesmo processo de dominação com mulheres negras?

Outro episódio semelhante aconteceu no grupo Mulherio das Letras da Bahia quando se colocou em votação o nome e a capa da coletânea poética, que seria lançada por mulheres baianas. Defendeu-se, principalmente por mulheres negras, que um estado que possui mais de 80% da população negra, deveria ter um livro que representasse a cultura e a identidade negras, tantas vezes margeadas para dar lugar a uma representação neutra ou branca. E mais uma vez nasceu um conflito, criando novas fissuras entre mulheres negras e brancas. Descontentes com o processo, dessa vez, nesse grupo, foram as mulheres brancas que saíram, magoadas e se sentindo incompreendidas



por defenderem uma capa e um título neutros. Contudo, sabemos que é impossível neutralidade na produção literária, escrevemos com o que somos e com o que aprendemos.

Logo, a questão central na produção literária por mulheres é perceber que não há porque defender uma unanimidade como estratégia e argumento de fortalecimento das bases do feminismo. E embora Basimille concorde que o feminismo traga em seu cerne várias dimensões, por isso não há um consenso entre as feministas em um contexto global, o que é uma grande desvantagem, ela acredita que

[...] as diferentes definições comprovam a dimensão e diversidade de pontos de vista do feminismo, globalmente considerado. Mais ainda, as diferentes manifestações destes pontos de vista ideológicos revelam a necessidade de ser reiterado de modo diverso o lugar e a riqueza de imagem da mulher, para que esta esteja constantemente presente na literatura, na sua devida dimensão (Basimille, 2013, p.260).

Por isso eu entendo que a égide do feminismo descolonial deveria ser, antes de tudo, a luta pela valorização e reconhecimento das diferenças identitárias de distintas mulheres, entretanto temos visto que há uma opção por estratégia de unificação, que mais universaliza, do que coloca em evidência as reais necessidades de mulheres não-brancas, não-héteros, não-cis. Bonnici (2004, p. 181) endossa essa crítica quando diz que “o uso acrítico de certas metodologias produziu a noção de mulher universal e transcultural do assim chamado Terceiro Mundo e um conceito homogêneo da opressão da mulher”. Ele ainda acrescenta que:

Segue-se uma imagem de uma mulher pós-colonial como um objeto, com vida sexual restrita, ignorante, pobre analfabeta, domesticada e delimitada pela tradição. Por outro lado, surge a contra-imagem da mulher ocidental como sujeito educado, moderno, dominando seu corpo e sua sexualidade, livre em suas decisões. Portanto, muitos feministas ocidentais criaram conceitos universais da mulher pós-colonial, prescindindo da pesquisa que descobriria as especificidades ideológicas da causa dessas situações variadas e particulares (Bonnici, 2004, p. 181).

Discutir sobre as questões que imbricam os conceitos de identidades, especialmente as negras, se tornou algo central em várias áreas de estudos das ciências humanas, justamente porque, como afirma Woodward (2000), essas identidades



adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas, sobretudo em obras literárias. As formas como alguns grupos, tidos como minoritários² requerem, contestam ou afirmam suas identidades através de suas próprias vozes, dos seus lugares de fala, estão delineando novas formas de ver e conceituar os espaços de expressões e representações identitárias, antes silenciados, deturpados ou renegados.

CONCLUSÃO

As relações sociais, que vêm sendo constituídas a partir da lógica do patriarcado, condicionam às mulheres a estarem em locais demarcados e subjugados. É fundamental utilizar o termo mulheres no plural, conforme defende Basimille (2013), posto que estamos discutindo sobre uma diversidade de experiências, perpassadas pelo recorte de gênero, classe e raça.

As mulheres negras têm no próprio corpo um território político, que discursa antes mesmo de sua voz. E esse discurso está impregnado por estereótipos, tirando de seu corpo a possibilidade de produzir outras crônicas, de fazer uma revisão histórica daquilo que as colocou em clausura epistêmica e social. Em 2014 Chimamanda Adichie afirmou, em sua palestra O perigo de uma única história no TED (*Technology, Entertainment, Design*), que o problema dos estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que são encarados como única verdade.

Anzaldúa (2005) prescreve que as mulheres negras devem buscar construir projetos de emancipação e Empoderamento a partir de suas próprias experiências, modificando o que já está inscrito historicamente, atendendo suas pautas e reais necessidades de resistências e reexistências. Há que se reconhecer, entretanto, os significados da produção de suas experiências e destituir as representações identitárias negativas amalgamadas no olhar do outro, uma vez que a mulher negra é a base de toda sociedade e à medida que ela se movimenta toda sociedade se movimento junto, conforme proferiu Angela Davis, em sua palestra intitulada “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo” na UFBA em 2017.

Minoritário aqui não está se referindo à quantidade de indivíduos dentro desses grupos, mas como eles representam os poderes, tanto simbólicos, quanto econômicos.²



REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Americanah*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *O perigo de uma única história*. 2008. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br>. Acessado em: 15 de nov. 2017.
- ANZALDÚA, Gloria. “La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13, n.3, p.704-719, set.-dez. 2005.
- BASIMILE, Sunday A. *A procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo*. Via Atlântica: São Paulo, 2013.
- BONNICI, Thomas. *O pós- colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem, 2004.
- Folha de São Paulo. Mercado Editorial adota função do “leitor sensível” para evitar boicotes. 2017. Disponível em: < <http://temas.folha.uol.com.br/liberdade-de-opiniao-x-discurso-de-odio/liberdade-de-expressao/mercado-editorial-adota-funcao-do-leitor-sensivel-para-evitar-boicotes.shtml> > Acessado em: 24 de nov. 2017.
- LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.22, n.3, p.935-952, set-dez. 2014.
- MAYORGA, Claudia *et al.* “As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 21, n.2, p. 463-484, maio-ago. 2013.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma Literatura nos Trópicos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SOUZA, Ana Lucia Silva. *Letramento de reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000769115&fd=y>>. Acessado em: 08 de mar. 2016.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

*Recebido em outubro de 2017
Aprovado em novembro de 2017*